

VOTO

O Senhor Ministro Gilmar Mendes: No caso em análise, acompanho o voto do eminente Relator, tendo em vista o excesso de prazo para conclusão das investigações e a ausência de elementos mínimos de autoria e materialidade delitiva que possibilitem o prosseguimento das investigações.

Em relação ao primeiro ponto, é importante destacar que o inquérito do qual se origina o presente recurso iniciou-se em **14.6.2016** e até o presente momento não foi capaz de apresentar uma conclusão definitiva sobre a participação do recorrente nos fatos investigados.

Em casos como esse, a jurisprudência desta Corte vem admitindo o arquivamento das investigações, inclusive mediante a concessão de *habeas corpus* de ofício.

Idêntica providência se observa nas situações em que inexistem elementos mínimos de materialidade ou autoria delitiva que justifiquem o prosseguimento das investigações.

Cito, a título de exemplo das hipóteses acima mencionadas, os seguintes precedentes: Pet 8.186, Relator Min. Edson Fachin, em que fui designado redator do acórdão, Segunda Turma, julgado em 15.12.2020; Pet 7.833 AgR, Relator Min. Edson Fachin, em que fui designado redator do acórdão, Segunda Turma, julgado em 23.2.2021; Inq 4.393 AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, julgado em 23.10.2018; Inq 4.660, de minha relatoria, Segunda Turma, julgado em 23.10.2018; Inq. 4.441, Rel. Min. Dia Toffoli, decisão monocrática, julgado em 29.6.2018; Inq. 4.442, Rel. Min. Roberto Barroso, decisão monocrática, julgado em 6.6.2018; Inq. 4.429, Rel. Min. Alexandre de Moraes, decisão monocrática, julgado em 8.6.2018; Inq. 4215, Rel. Min. Edson Fachin, decisão monocrática, julgado em 1.8.2018.

Destaque-se que a própria autoridade policial, ao apresentar relatório conclusivo às fls. 2.900/2.961, não foi capaz de apontar qualquer participação do recorrente RENAN CALHEIROS e do também parlamentar JADER BARBALHO nos fatos investigados nos autos do Inquérito 4.267.

Ressalte-se ainda que a inclusão do nome dos parlamentares no referido Inquérito é a única justificativa para a sua tramitação perante esta Suprema Corte.

Outrossim, tal como ressaltado pelo eminente Relator, o pedido da Procuradoria-Geral da República de manutenção das investigações contra os parlamentares se baseia em relatórios pretéritos produzidos pela Polícia Federal, os quais não foram confirmados após o aprofundamento das investigações.

Ressalte-se que o inquérito em questão foi instaurado com base na colaboração premiada de DELCÍDIO DO AMARAL, cujos vícios e fragilidades vêm sendo apontados neste e em tantos outros casos, a ponto de levar a PGR a avaliar a sua rescisão.

Destarte, entendo que o Plenário tem um encontro marcado com esse e outros acordos que foram celebrados em condições de legalidade duvidosa, tal como observado a partir das informações posteriormente divulgadas nos meios de comunicação. Caberá ao STF reavaliar a legalidade e a higidez desses pactos.

Ante o exposto, **acompanho, com as ressalvas expostas nos últimos parágrafos,** o voto do Relator para dar provimento ao agravo regimental e determinar o arquivamento do inquérito em relação ao investigado JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS, com a extensão dos efeitos da decisão para o coinvestigado JADER FONTENELLE BARBALHO.

É como voto.